

**Aspectos territoriais e temporalidade na distribuição dos monumentos
de Campo Grande, Mato Grosso do Sul**

Fernando Cesar Pires Batiston

Arquiteto, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, UCDB, Brasil
fernandobatiston@gmail.com

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho

Doutora em Ciências Sociais, Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, UCDB, Brasil
doloresribeiro@uol.com.br

Pedro Pereira Borges

Doutor em Ciências Sociais, Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, UCDB, Brasil
pobojari@ucdb.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os bens culturais, materiais e imóveis que integram o Patrimônio Cultural da Cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Para isto, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sobre patrimônio cultural do município. Este estudo se refere aos monumentos que, além de se constituírem em bens culturais, materiais e imóveis, portadores de imaterialidade própria, se caracterizam por suas funções de orientação da comunidade no tecido urbano, valorização da paisagem citadina, concentração de elementos simbólicos e difusão da memória, que de uma forma ou de outra estimulam os habitantes e moradores de um determinado lugar. Considerando-se o conteúdo apresentado, foi possível identificar a existência de uma irregular distribuição dos 66 monumentos no espaço territorial de Campo Grande e, no que se refere à criação de novos monumentos, observar que, no transcorrer do tempo, a produção de monumentos pode ser distribuída em seis períodos distintos, ao considerar-se os fatores de produção, contexto histórico e temáticas abordadas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio histórico. Monumentos. Memória.

1 INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa é a distribuição dos monumentos de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, tendo como foco os aspectos territoriais e a temporalidade. Quanto ao objetivo, este é investigar os bens culturais, materiais e imóveis que integram o Patrimônio Cultural da cidade.

Este trabalho surgiu na esteira da nova política global proposta pelas Nações Unidas, em 2015, tendo como ponto de partida a denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O plano tem como objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas a partir de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais se desdobram em 169 metas a serem atingidas por meio de ações conjuntas em diferentes níveis de governo, organizações, empresas e sociedade como um todo, nos âmbitos internacional, nacional e também local.

No 11º objetivo, Cidades e Comunidades Sustentáveis, a meta 11.4 estabelece que é necessário “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. Desta forma, uma das competências dos municípios é cuidar de seu patrimônio mediante a promoção de serviços básicos que garantam a qualidade de vida de seus habitantes, sendo, portanto, responsabilidade do governo local proteger seu patrimônio natural e cultural.

Partindo dessa premissa, este trabalho nasceu da constatação de que determinada parcela dos monumentos da cidade de Campo Grande não está abarcada na proteção fornecida pelos dispositivos legais da municipalidade, em especial do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) (DIOGRANDE, 2019), que, por sua vez, possui como um de seus eixos estruturantes, para se alcançar o conceito de cidade almejado, a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Campo Grande, bem como o respeito à sua história e à sua gente.

Em razão do exposto, é necessário a produção e armazenamento de mais informações acerca dos monumentos, e, para tanto, elabora-se este estudo, com o fito de ampliar a compreensão acerca do surgimento dos monumentos do município de Campo Grande no transcurso de sua história, explorando desde a origem de alguns desses artefatos até a relação com o contexto histórico e social em suas respectivas épocas.

Diante do exposto, para se estabelecer que o objeto deste artigo são bens culturais, materiais e imóveis que integram o Patrimônio Cultural da Cidade de Campo Grande, Mato

Grosso do Sul, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sobre patrimônio cultural da cidade.

Entende-se que o resultado dessa investigação possa contribuir agregando conhecimentos acerca dos monumentos, que estão à disposição para subsidiar o embasamento de políticas públicas e a construção de dispositivos legais protetivos relacionados a esses bens culturais.

2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A definição de patrimônio adotada na Carta para a Preservação do Patrimônio do Québec (1980) foi construída pelo Comitê de Terminologia da Associação do Québec para a Interpretação do Patrimônio Nacional. Nela, o patrimônio é definido como “a conjugação das criações e dos produtos da natureza e do homem que, na sua integridade, constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos” (ICOMOS, 1982).

Sendo assim, o patrimônio é considerado um bem pertencente à comunidade, que se traduz numa preciosa herança e que, assim como foi recebido, pode e deve ser deixado ao usufruto das gerações futuras, traduzindo-se num convite ao reconhecimento e à participação coletiva.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2002), o Art. 7º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural estabelece que o patrimônio cultural é a fonte da criatividade, posto que toda criação tem suas origens nas tradições. Afirma, também, que o patrimônio deve ser preservado, valorizado e transmitido em todas as suas formas, garantindo seu acesso às futuras gerações e visando possibilitar o testemunho das experiências e das aspirações humanas para alimentar a criatividade em toda sua diversidade e proporcionar diálogo entre as culturas.

O patrimônio de um povo ou território — sendo ele um conjunto de bens, naturais e/ou culturais, nos quais determinado grupo sociocultural se identifica e neles reconhece os seus valores específicos e particulares, herdados de seus ancestrais — deve, portanto, ser preservado, valorizado e transmitido em todas as suas manifestações às futuras gerações, possibilitando a elas a obtenção de um testemunho das experiências e aspirações vividas por seus antepassados; eis aqui o primado da sustentabilidade.

Os bens patrimoniais se dividem entre naturais e culturais. Os bens naturais são aqueles construídos por forças naturais, como as formações geológicas, hídricas e vegetais, dentre outros; enquanto os bens culturais são aqueles edificados por meio das habilidades humanas, como as obras de arte, as arquitetônicas e os saberes (tanto os populares quanto os eruditos), dentre outros tantos criados pela humanidade. Quanto à materialidade, os bens culturais podem se apresentar como bens de natureza material, aqueles que apresentam sua constituição tangível, ou podem apresentar natureza imaterial, quando sua formação subjetiva decorre de elementos intangíveis (BRASIL, 1988).

Monumento é uma estrutura ou local histórico de caráter excepcional, notável por sua importância no desenvolvimento de uma civilização ou comunidade, bem como por suas qualidades incomuns de forma, estilo e função. Existem monumentos projetados por arquitetos, escultores e pintores que foram construídos especificamente para homenagear ou memorar uma ocorrência, ocasião ou personagem histórico. Outros são relíquias do passado que

resistiram ao teste do tempo e foram preservados pela sociedade como emblemas comunitários e lembretes da memória de um povo (IPHAN, 2009).

3 MONUMENTOS DE CAMPO GRANDE

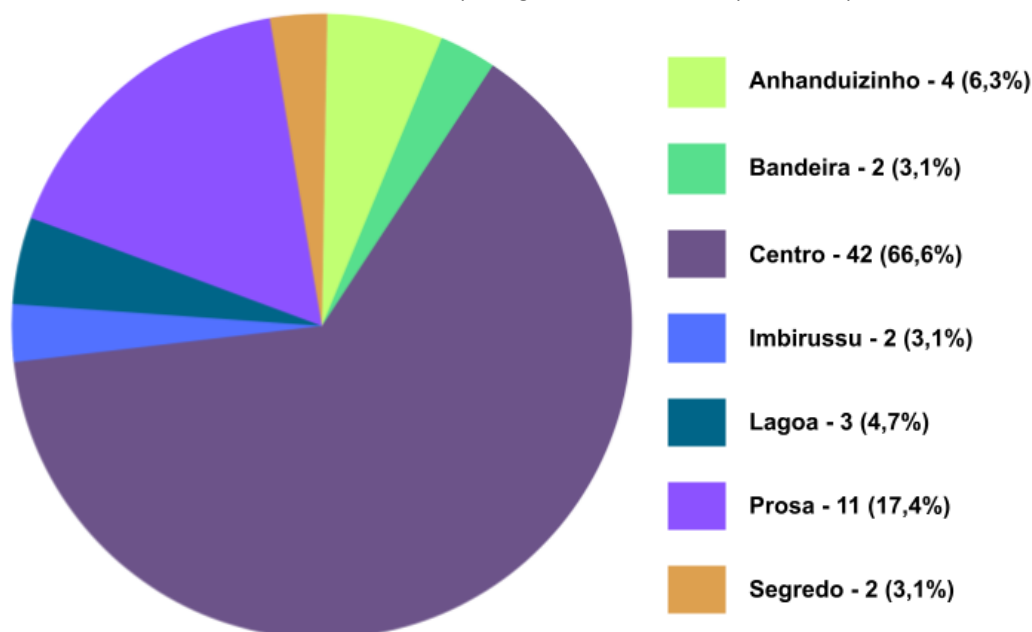
Segundo a Carta de Cracóvia, publicada na Conferência Internacional sobre Conservação (2000), o monumento “[...] é uma entidade identificada pelo seu valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e ainda acessíveis”.

O município de Campo Grande conta com 66 monumentos, sendo que destes, quatro não foram considerados devido à insuficiência de dados, de forma que não farão parte deste estudo, visto que não se pode obter informações sobre os atos inaugurais ou a época de criação identificados.

Sendo assim, os monumentos Busto do Dr. Fernando Correa da Costa, Monumento à Força Expedicionária Brasileira, Marco Rotário (Rotary/Lions Clube) e Marcos de Inauguração de Obras Governamentais não foram incluídos neste estudo, que conta com 66 monumentos.

A maioria dos bens culturais de Campo Grande está distribuída na região central do município, que possui seu território dividido em sete regiões urbanas. A maior concentração de monumentos está na região urbana do Centro, com 66,6% do total, território que coincide com as ocupações mais antigas da cidade, seguida pela região urbana do Prosa, que apresenta o equivalente a um quarto da quantidade de monumentos da região urbana do Centro (PLANURB, 2022).

Gráfico 1 — Quantidade de monumentos por região urbana do município de Campo Grande—MS



Fonte: Elaboração própria (2023).

Apesar de nenhuma das regiões urbanas apresentar ausência de monumentos, as cinco regiões urbanas que apresentam menor quantidade de monumentos são as regiões do Anhanduizinho, Bandeira, Imbirussu, Lagoa e Segredo; juntas, essas regiões contam com apenas 13 monumentos, número que representa menos de 1/5 de todos os monumentos de Campo

Grande, ou seja, menos de 1/3 do total de monumentos encontrados na região urbana do Centro. Diante do exposto, pode-se afirmar que existe uma desigualdade na distribuição territorial dos monumentos em Campo Grande.

Para a gestão de seus espaços físico-territoriais, Campo Grande conta com um Plano Diretor (DIOGRANDE, 2019), definidor de uma política de desenvolvimento urbano-ambiental que toma por objetivo o respeito às funções sociais da cidade para ordenar seu desenvolvimento — das quais se destacam: a garantia do direito a uma cidade sustentável, a gestão democrática participativa por meio de entidades representativas e a justa distribuição de benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização — e que está estruturado em conceitos de cidade compacta e policêntrica, baseada na preservação do patrimônio natural e cultural do município, no respeito à sua história, na minimização das distâncias sociais e econômicas entre as classes sociais e na ideia de cidade independente, articulada, moderna, inteligente e segura, com políticas de gestão e inclusão.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), estabelecido pela Lei Complementar n.º 341, de 4 de dezembro de 2018 (DIOGRANDE, 2019), definiu em seu artigo 31 as Zonas Especiais de Interesse Cultural (ZEIC). Segundo esse dispositivo legal, essa modalidade de gestão espacial foi definida por apresentar a ocorrência de patrimônio cultural e é formada por quatro categorias distintas, a fim de evitar a perda ou o desaparecimento de suas características.

O Plano Diretor distribui as ZEIC em quatro categorias. A primeira, denominada Zona Especial de Interesse Cultural 1 (ZEIC 1), conta com 30 bens culturais materiais e imóveis tombados por legislação municipal, estadual ou federal. A segunda categoria, ZEIC 2, abarca 294 bens culturais materiais, imóveis e não tombados, mas que apresentem relevância arquitetônica, paisagística ou urbanística para a memória ou para a identidade local. Apesar de não possuírem ato de tombamento e, conseqüentemente, não estarem inscritos em livro de tomo, são listados e identificados, garantindo sua proteção.

A Zona Especial de Interesse Cultural 3 (ZEIC 3), terceira categoria definida pelo Plano Diretor, contempla quatro conjuntos arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos caracterizados por sua importância histórica para a cidade. Por fim, 19 *locus* destinados à preservação da memória coletiva, aquilo que Pierre Nora (2009) denomina como lugares de Memória, formam a Zona Especial de Interesse Cultural 4 (ZEIC 4). Sobre memória e esquecimento, Van Lonkhuijzen (2022) afirma que,

“com base na definição de memória como substantivo feminino, sinônimo de lembrança, recordação de tempos passados, monumentos ou em fatos na história, [...] a memória se forma da dialética entre o passado e o presente, individual e coletivo, mas, principalmente, é sempre carregada por grupos vivos e, por isso, se encontra sempre em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (Van Lonkhuijzen, 2022, p. 489).

Apesar de Campo Grande possuir 66 monumentos públicos (ARGUELHO, 2022; PLANURB, 2022), apenas dois destes são tombados (DELVIZIO; MATIAS, 2022): o Obelisco, localizado na Avenida Afonso Pena, primeiro bem cultural tombado da cidade, que ocorreu apenas em 1975, porém inaugurado durante as comemorações do aniversário da cidade em 1933; e o monumento símbolo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS),

projetado em 1970 pelo artista plástico Caetano Fraccaroli e tombado — tardiamente — no ano de 2006.

Estas constatações apontam para as políticas públicas de proteção patrimonial do município, que não tratam com prioridade essa modalidade representativa de patrimônio histórico-cultural de Campo Grande. Nota-se ainda que, dos 347 bens culturais abarcados, reconhecidos e protegidos enquanto patrimônio cultural pelo município por meio do Plano Diretor, apenas os dois supracitados são reconhecidos como Patrimônio Cultural, recebem a proteção devida por meio do referido instrumento de gestão e, em razão de estarem tombados pelo município, se caracterizarem como ZEIC 1.

Aqui não se faz referência a monumento em seu sentido amplo, embora, de acordo com a definição de monumento da Carta de Cracóvia, ou seja, este estudo não compreenderá toda a sorte de obras arquitetônicas tais como igrejas, indústrias e complexos arquitetônicos, posto que, na atualidade, a todos os bens naturais ou culturais de grande relevância é atribuído o termo monumento para sua designação (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO, 2000).

Neste estudo, entende-se por monumentos os que, além se constituírem em bens culturais, materiais, imóveis, portadores de imaterialidade própria, se caracterizam por sua função de orientação da comunidade no tecido urbano, valorização da paisagem citadina, concentração de elementos simbólicos e difusão da memória, que de uma forma ou de outra estimulam os habitantes e moradores de um determinado lugar.

Sendo assim, pretende-se fazer o reconhecimento desse conjunto de monumentos públicos, de forma a ampliar o reconhecimento do processo de instalação desses bens na malha urbana, identificando a concentração e a carência do surgimento desses monumentos no perímetro urbano de Campo Grande ao longo dos anos.

Os 66 monumentos abarcados neste estudo foram produzidos ao longo de pouco mais de um século de história, já que o primeiro monumento surgiu em 1922 e o último, em 2022. O estudo do surgimento desses artefatos ao longo dos anos revela períodos de produção mais ou menos intensa, entremeados a diferentes contextos históricos e culturais, nos quais todos os territórios estão inevitavelmente imersos e influenciam o escopo temático das obras produzidas.

Em razão de este estudo se referir ao surgimento de novos monumentos, foram considerados inclusive monumentos que foram posteriormente demolidos. Além disso, os dados são cumulativos e retratam o total de monumentos produzidos em Campo Grande.

A quantidade de monumentos produzidos em cada década dos séculos XX e XXI está distribuída de forma heterogênea. Também é possível observar períodos de baixa produção, como as décadas de 1920 a 1939 e entre os anos de 1950 e 1969, um período de estagnação de 1940 a 1949, um período de recuperação de 1970 a 1989 e também um período de alta produção de 1990 a 2009. Dessa forma é possível analisar o aparecimento dos monumentos e relacioná-los aos momentos históricos em que eles surgiram.

Considerando a importância de registrar a presença de outros grupos humanos nessa região, segundo Cabral (1999), as terras originárias de Campo Grande podem ter sido morada dos povos indígenas Terenas, Caiapós ou Guaranis. Entretanto, em 1872 um grupo de posseiros assentados às margens do Córrego Prosa recebeu a visita de um mineiro oriundo de Monte Alegre chamado José Antônio Pereira, que, gostando do que viu, trouxe toda sua família, agregados e escravos numa comitiva que somava 62 migrantes, dando início a um projeto de

ocupação da região. Em 1899, o acampamento foi elevado à condição de vila, que posteriormente viria a se tornar a cidade de Campo Grande.

A história oral também aponta para a existência de uma comunidade negra, vinda de Mineiros de Goiás, que se estabeleceu na antiga região do Cascudo, na atual região urbana do Segredo. O grupo era composto por descendentes de Eva Maria de Jesus, também conhecida como tia Eva, e alguns agregados quilombolas, contemporâneos à ocupação de José Antônio Pereira (Cabral, 1999).

Segundo Maciel (1999), em 26 de agosto de 1899, a localidade foi elevada à condição de vila, ato decretado e publicado em agosto de 1899, e já na primeira década do Século XX, segundo Oliveira Neto (2005), foi marcada por grandes novidades: os primeiros regramentos para a garantia de boa convivência urbana (1905); um Plano de Alinhamento de Ruas e Praças (Rocio), de 1909, que definiu a urbanização do centro; e a elevação à sede de Comarca, em 1910. Entretanto o plano não contemplava a comunidade negra dos descendentes de Tia Eva, cujos membros também eram contemporâneos à primeira ocupação territorial destas terras e que já estavam estabelecidos na região do Cascudo.

Oliveira Neto (2005) também observa que, na década seguinte, com o Rocio implantado e as notícias da futura chegada da ferrovia, uma promessa de pujança alterou a lógica de ocupação urbana, e a atratividade natural em se ocupar as margens do córrego Prosa perdeu força para o magnetismo da área onde foi implantada a Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que viu aumentada a circulação de pessoas e de riquezas na sua confluência. Por essa razão houve um espalhamento das edificações nas ruas recém-projetadas. Diversos periódicos foram lançados e, em agosto de 1914, o trem inaugural estacionou na Estação Ferroviária de Campo Grande.

Conforme Arruda (1997), o trem trouxe o desenvolvimento e o progresso, estreitou distâncias, intensificou a migração e abriu as portas aos imigrantes que chegavam ao Brasil vindo de toda parte do mundo, e ao fim daquela década, no ano de 1918, Campo Grande foi elevada de vila a cidade. Foi nessa época que a primeira edificação militar foi construída na região. Em 1919, o Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, distribuiu as tropas militares federais pelo Brasil e Campo Grande passou a abrigar a 11ª circunscrição Militar de Mato Grosso (uno). O processo de instalação dos prédios militares diversos se estendeu, com intensidade, por toda a década de 1920 e início da década de 1930, entretanto os quartéis militares e seus respectivos contingentes continuaram a aumentar ao longo de todo o Século XX.

Logo no início dos anos 1920, foi criado o Bairro Amambaí (1921) (ARRUDA, 2001), primeiro bairro suburbano de Campo Grande. No ano de 1922, durante o mandato do prefeito Dr. Arlindo de Andrade Gomes, foram plantadas as árvores — hoje centenárias — dos canteiros da Avenida Afonso Pena, e teve início a construção do Passeio Público, atual Praça Ary Coelho. Nela foi edificado um coreto ao centro, que foi demolido em 1957. Em 1924, os sinais de rádio chegavam a Campo Grande e a cidade já contava com luz elétrica (MACIEL, 1999). Quatro anos depois, em 9 de setembro de 1928, foi inaugurado um busto em bronze de João Pandiá Calógeras, o monumento mais antigo ainda existente na cidade (MORAIS, 2013).

Segundo Arruda (2006), Campo Grande recebeu, ao fim dos anos 1920, a primeira pavimentação asfáltica em uma de suas ruas, a Rua 14 de Julho, e pode-se dizer que a importância dessa rua foi impulsionada pela construção do Passeio Público. O início da construção do jardim foi tão importante na época que acarretou um deslocamento do centro comercial, que antes era estruturado na Avenida Calógeras, para a Rua 14 de Julho, selando de

veza sua posição de rua principal ou rua do comércio. A partir de então, o município passou a ter um aumento populacional significativo nas décadas seguintes (PLANURB, 2022).

Nos anos conturbados da década de 1930, devido à Revolução Constitucionalista, a população clamava por uma nova constituição e enfrentava o autoritarismo do governo provisório de Getúlio Vargas. Esse movimento reverberou no Sul de Mato Grosso (uno), tanto que em 1934 uma representação dos sul-mato-grossenses requereu junto à Constituinte a separação entre norte e sul do Mato Grosso (uno), solicitando que o sul fosse elevado a Estado de Maracaju, que o nome de Vespasiano Martins fosse cotado a primeiro governador e que Campo Grande então fosse a capital do novo Estado, porém tal requerimento não foi acolhido.

Durante a década de 1930 surgiram três monumentos, um crescimento se comparado aos dois monumentos edificadas na década anterior. Isso pode ser considerado à luz do fato de que a extensão territorial ainda era limitada. Os artefatos construídos nessa década foram o Coreto da Praça Cuiabá (1930), erguido próximo das regiões dos quartéis, o Relógio Público da Rua 14 de Julho (construído em 1933 e demolido em 1970) e o Obelisco (1933), sendo que os dois últimos foram criados por força do então Coronel Newton Cavalcanti, embora todos tivessem em comum o caráter militar.

Segundo Arruda (2012), o escritório de Saturnino de Brito elaborou uma nova planta para Campo Grande em 1938. A ocupação territorial nessa época estava restrita ao Rocio (centro original), ao Bairro Amambai e ao Cascudo, na região do atual Bairro São Francisco. Esse é o cenário em que se dá o início da década de 1940, período que deixou como marca o princípio da verticalização dos edifícios — que pela primeira vez romperam o limitado gabarito dos prédios existentes, superando a altura de três pavimentos (COSTA, 1999).

Com a instauração do Estado Novo e da Ditadura Vargas, além da Segunda Guerra Mundial, que se estenderia até 1945, a década de 1940 foi de estagnação na produção de monumentos, já que nenhum monumento público foi inaugurado em Campo Grande nesse período. o que sugere que tal fato tenha ocorrido em função do período de Guerra e do pós-guerra, visto que em nenhum outro momento tal inércia se repetiu ao longo da história.

A década de 1950 iniciou-se de modo dramático. O prefeito de Campo Grande, Ary Coelho, foi assassinado (FERREIRA, 2008), e isso acarretou uma comoção coletiva na cidade. Diante disso, uma escultura em bronze em sua homenagem foi encomendada e inaugurada em 1954, além de um busto em bronze — este último sem registros de sua inauguração. Apesar disso, sabe-se que as duas obras de arte foram produzidas pelo mesmo artista, Luiz Ferrer, razão pela qual ambas foram inauguradas na mesma época. Foi também edificado nessa década o monumento em homenagem póstuma a José Antônio Pereira. Por fim, o antigo coreto da Praça Ary Coelho foi demolido em 1957 para ceder espaço à Fonte Luminosa, edificada no mesmo ano.

Nos anos 1960, apesar de não ter sido constatada estagnação no aparecimento de novos monumentos em Campo Grande, houve um decréscimo nas inaugurações destes em relação à década anterior, já que apenas o Busto de Vespasiano Martins (1969) foi inaugurado na década.

Refletir sobre o contexto histórico torna impossível não levar em consideração o ano de 1964 e o Golpe Militar, o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, o subsequente regime ditatorial militar, a censura e tudo mais que a história retrata acerca desse período. Costa (1999, p. 12) descreve o cenário dos anos 1960 como um período em que “[...] a população parece sentir o peso da desconfiança e do medo, próprio dos momentos de exceção [...]” e completa afirmando que, apesar de se firmar como potência econômica do Estado, a Rua 14 de

Julho inicia um processo de declínio sociocultural, marcado pela decadência dos cinemas, do hábito do *footing*¹, dos encontros sociais nos bares e, por fim, da agenda de festas tradicionais no entorno do Relógio da 14 de Julho, que se resumiram a algumas paradas cívicas e Militares e um desanimado carnaval anual.

A década seguinte foi marcada pelas comemorações do centenário da chegada de José Antônio Pereira a estas terras. Conforme Costa (1999), a Universidade Estadual, atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), foi criada em 1972; a população crescia diariamente e novos bairros não planejados eram inseridos à malha urbana. No ano de 1977, o Governo Federal determinou que Campo Grande fosse a capital de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Constitucional n.º 31 (MATO GROSSO, 1977), e Harry Amorim Costa, então engenheiro e diretor-geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), foi nomeado primeiro governador do novo estado, já que a população havia perdido o direito de eleger o governador entre os anos de 1966 e 1981 da ditadura militar.

Os anos 1970 foram marcados pela demolição de um monumento local, o Relógio da 14 de Julho, em 19 de Julho de 1970. No mesmo ano outro monumento gigante foi edificado, o Monumento Símbolo da UFMS, mais conhecido como paliteiro, e, na sequência, outros quatro novos monumentos foram inaugurados: o busto em bronze de José Antônio Pereira (1972), a escultura em arenito A Família (1976), a escultura de Vespasiano Barbosa Martins (1978) e o Monumento em Homenagem aos 70 Anos da Imigração Japonesa no Brasil (1979). Essa década revelou um notável acréscimo na produção de monumentos se comparada com qualquer outra época anterior, o que se caracterizou como tendência para a década seguinte.

Esse aumento de produção não decorreu diretamente da condição de capital vivida por Campo Grande por duas razões: a primeira é que Campo Grande se tornou capital no terceiro terço dos anos 1970, e a segunda é que nenhum dos monumentos possui uma temática que aludisse à criação do estado de Mato Grosso do Sul. Cabe também o registro de que nenhum dos monumentos produzidos no período de 1960 a 1979 apresentou a temática cultural.

Os anos 1980 trouxeram alterações políticas que implicaram mudanças profundas na vida dos brasileiros. Foi um momento de aberturas políticas, anistias e empenho na reconquista da democracia. O panorama desses tempos era o de multidões que se reuniam pedindo a retomada das eleições democráticas, no movimento Diretas Já. Nessa década, houve o último presidente da República eleito indiretamente pelo Congresso Nacional e o primeiro a ser eleito por voto direto, desde o golpe militar de 1964. Uma assembleia constituinte culminou na atual Constituição Federal Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Parte dos monumentos produzidos em Campo Grande nesse contexto aparentemente se mostrou incompatível com os anseios da população. Considera-se, para tal afirmação, a mobilização social que envolvia diversos agentes, de diferentes setores da sociedade, numa luta por abertura política e em oposição à opressão de um governo militar que impunha um regime ditatorial, com limitações das liberdades pessoais e do direito à livre expressão.

Dessa forma, não parece coerente que dois dos cinco monumentos produzidos nessa década retratassem mensagens claras de enaltecimento aos militares; os monumentos North American T-6 (1984) e o Busto de Tiradentes, Patrono da Polícia Militar (1984) foram construídos ainda no último ano do Regime Militar. Também nos anos 1980 foram inaugurados os monumentos Família de José Antônio Pereira (1980); Espaço Infinito (1988) e Vibração Cósmica

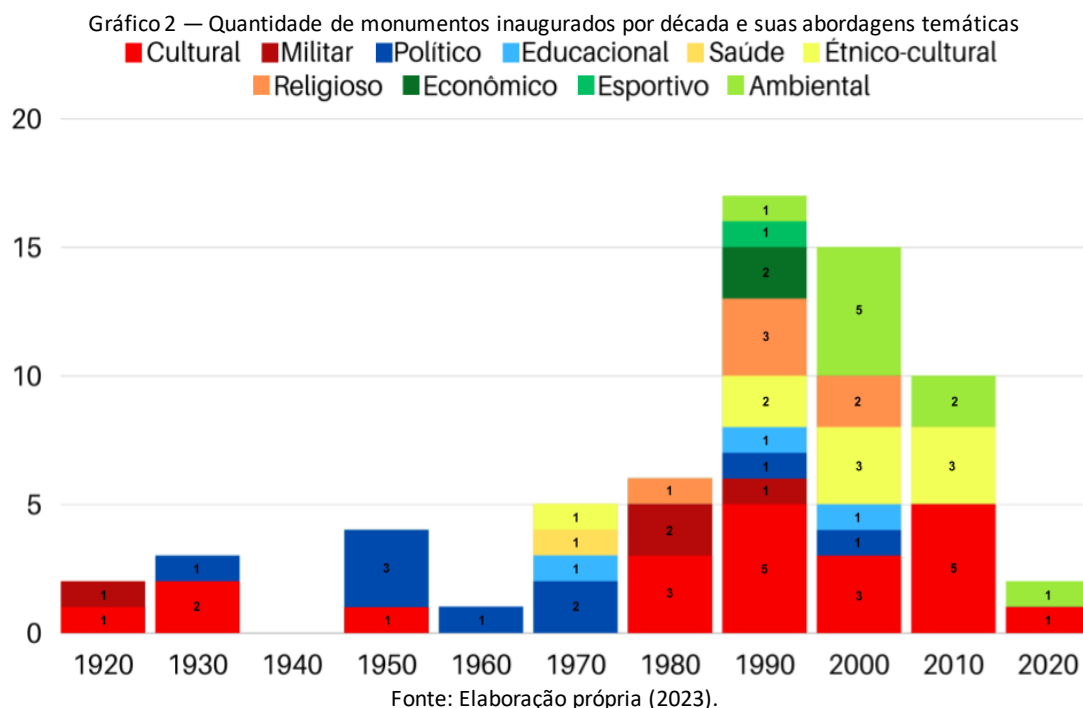
¹ Prática de cortejo durante um passeio ou caminhada pelas ruas da cidade, comum à época.

(1989), ambas obras de arte sensoriais, cinético-visuais do artista visual Yutaka Toyota; e a homenagem prestada pelos salesianos a São João Bosco (1988), obra de mensagem religiosa, produzida em memória ao centenário de falecimento do santo católico.

Com o fim da ditadura militar, direitos constitucionais importantes foram estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, como a liberdade de expressão, liberdade de credo, liberdade de cátedra aos professores, direitos humanos e a proteção aos indígenas e quilombolas.

O decênio de 1990 se iniciou com uma população ávida por se comunicar e vencer os receios adquiridos ao longo de tantos anos de censura e repressão vivenciadas, o que ajuda a explicar a razão pela qual, neste período, triplicou-se a quantidade de monumentos produzidos em relação à década precedente — foram dezessete monumentos inaugurados nesse período. Foram construídos mais monumentos na década de 1990 do que ao longo de toda a série histórica até o ano de 1980, e mais da metade deles foram inaugurados na primeira metade da década.

Considerando o contexto da década de 1990, o Brasil sediou a Rio-92, que trouxe avanços consideráveis para o mundo na área do Meio Ambiente, deixando como legado a Agenda 21. Outra notável alteração nos paradigmas de produção de monumentos naquela época consistiu na temática, na mensagem e no público a que esses monumentos se destinavam a representar, que, de modo geral, se mostraram mais plurais em sua abordagem temática quando comparado às décadas anteriores (Gráfico 2).



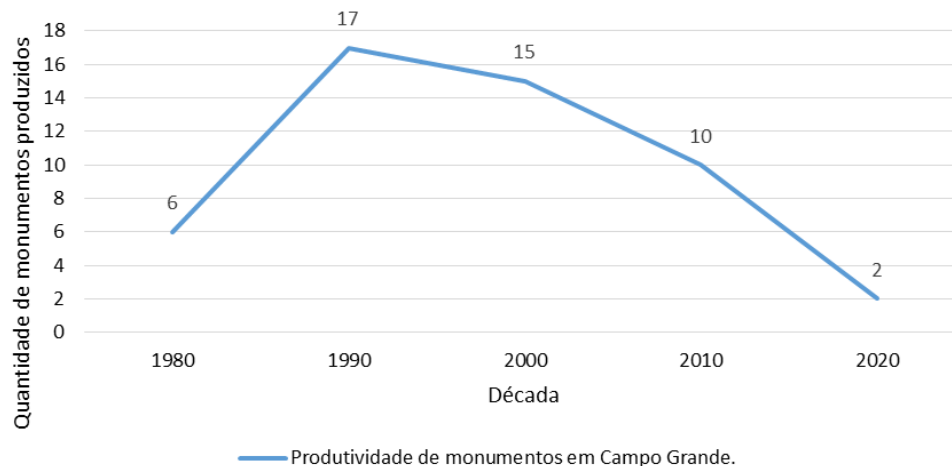
Entre os anos de 1990 e 1994 foram produzidos o Monumento a Santo Antônio (1991); o Monumento Cabeça de Boi (1992), que quatro anos mais tarde viria a ser substituído por outro monumento de mesmo nome e temática; A Lua (1992) e Los Amantes (1992), ambos do Artista José Carlos Silva (Índio); efígie em homenagem a Pedro Pedra (1993); Monumento ao Índio (1993), obra inacabada do arquiteto Roberto Montezuma; Lei de Deus — Os Dez Mandamentos (1993); Homenagem a Conceição dos Bugres (1993); efígie em homenagem a Belmar Fidalgo

(1994); e efígie em homenagem ao educador Luiz Alexandre de Oliveira (1994), obra posteriormente furtada.

Entre os anos 1995 e 1999, foram inaugurados O Espiral (1995); Preto Velho (1995); Monumento aos Desbravadores (1996), obra da artista Neide Ono; Monumento Cabeça De Boi (1996), produzido pelo artista Humberto Espíndola, em substituição ao outro monumento de mesmo nome inaugurado em 1992; Monumento das Araras, do artista Cleir (1996); Monumento aos Pracinhas (1999); e o busto em bronze de Harry Amorim Costa (1999).

Nos anos 2000 os monumentos foram instalados em maior quantidade no segundo quinquênio, deixando o legado de 15 monumentos construídos ao longo da década e trazendo algumas novidades. Os dados no Gráfico 3 revelam que, se nos anos 1990 produziram-se mais monumentos, eles apresentaram feições mais plurais quanto aos temas abordados. Por sua vez, os anos 2000, se destacaram pelo crescimento substancial na produção de monumentos com abordagens temáticas relacionadas às questões ambientais e ecológicas, que representam, ao todo, um terço da produção da década.

Gráfico 3 — Quantidade de monumentos produzidos em Campo Grande, entre as décadas de 1980 a 2020. (Quantidade de monumentos não cumulativa ao longo das décadas)



Fonte: Elaboração própria (2023).

O Gráfico 3 denota também que o período entre os anos de 2000 e 2009 foi marcado por um aumento na produção de obras com temática relacionada a grupos étnicos e seus elementos culturais. Esse grupo representou 20% da produção do período, e foi naquela década que se deu a reconstrução do antigo Relógio da 14 de Julho, dessa vez localizado no canteiro da Avenida Afonso Pena, na esquina com a Avenida Calógeras. Nessa década os monumentos foram produzidos em maior quantidade no segundo quinquênio.

Nos primeiros cinco anos da década de 2000 foram produzidos os monumentos Pantanal Sul (2000), de Renato Barbosa De Rezende; Réplica do Relógio da 14 de Julho (2000); Themis (2002); Busto de Tia Eva (2003); Cará (2004) e Cavaleiro Guaicuru (2004). Já entre 2005 e 2010 foram produzidos os monumentos Íris Ebner (2005), O Aprendiz (2005), Memorial a Francisco Anselmo de Barros (2006), Harry Amorim (2006), esculturas múltiplas da Praça Pantaneira (2007), Estátua do Papa (2007), O Beijo (2008), São Francisco de Assis (2008), Torii (2008) e Monumento ao Sobá (2009).

Entre as ocorrências de monumentos no período de 2010 a 2019 estão Índia Terena (2012), Ninhal (2012), Relógio das Flores (2012), os bustos de Marçal De Souza e de Marta

Guarani (2014), A Artesã (2014) e Guampa de Tereré (2014), que totalizaram seis novas obras. O transcorrer do segundo quinquênio da década aponta o aparecimento de apenas quatro novos monumentos, entre eles a escultura de Manoel de Barros (2017), o Memorial ao Imigrante João Figueiredo (2017), o Memorial Ferroviário (2018) e, em função da requalificação da Rua 14 de Julho, o Memorial Relógio da 14 (2019), que foi edificado no exato local onde fora construído o antigo relógio público, em 1933.

Nos anos 2010, a tendência de crescimento na produção perdeu força. Nesse período foram construídos apenas 10 monumentos. Os dados expostos no Gráfico 3 revelam uma tendência de diminuição na produção de novos monumentos em Campo Grande. A tendência de aumento de produção década a década é observada desde 1960 e atingiu seu ápice no fim dos anos 1990, conforme demonstrado no Gráfico 2. Além disso, a partir de 2000, a produção de monumentos apresenta uma redução na década de 2000 e passa a apresentar um declínio durante as décadas seguintes.

A década de 2020 iniciou-se marcada pela pandemia de Covid-19, sendo que o primeiro caso no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020, e em 11 de março do mesmo ano a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia (CUCINOTTA; VANELLI, 2020). A partir de então, costumes e relações sociais foram alterados num período muito difícil para toda a humanidade. O setor da cultura — considerado em seu caráter agregador, assim como outros setores — teve de se reinventar, mesmo com as reuniões públicas suspensas. Em 2021 houve a inauguração do Memorial à Cultura Paraguaia (2021), na sede da Associação Colônia Paraguaia de Campo Grande, e em 2022 apenas um monumento foi inaugurado, ou seja, o monumento Jaguretê (Figura 1), localizado no bairro Santa Fé.

Figura 1 — Monumento Jaguretê



Fonte: dos autores.

Sendo assim, no que se refere à produção de monumentos, a década de 2020 praticamente tem mantido a mesma tendência observada na década anterior. Até o ano de 2023, foram produzidos dois novos monumentos em Campo Grande, ou seja, o Memorial à Cultura Paraguaia (2021) e a escultura em aço Jaguaretê (2022), do artista visual Marcos Rezende, localizada na Praça Santa Fé e inaugurada em 8 de dezembro de 2022.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o conteúdo apresentado, foi possível identificar a existência de uma irregular distribuição dos monumentos no espaço territorial de Campo Grande e, no que se refere à criação de novos monumentos, observar que, no transcorrer do tempo, a produção de monumentos pode ser distribuída em seis períodos, quando considerados três fatores: a produção, o contexto histórico e a temática abordada.

O primeiro período (1920-1939) remonta ao ciclo de implantação dos quartéis em Campo Grande. Nesse intervalo temporal foram produzidos cinco monumentos, e embora as temáticas fossem predominantemente culturais, o ânimo de produção foi político e militar. O segundo período (1940 a 1949) foi marcado pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra, não deixando nenhuma escultura como legado de sua época e ficando marcado como um período de estagnação no processo da criação dos monumentos de Campo Grande. Período semelhante não foi mais observado ao longo da história.

O terceiro período remonta à década de 1950 e foi caracterizado por maior quantidade de monumentos produzidos do que as décadas anteriores. Nessa época, a temática predominante foi a política, influenciada principalmente pela morte do então prefeito Ary Coelho (1952), fato que gerou comoção pública e influenciou na produção de três dos quatro monumentos produzidos.

Entre 1960 e 1979 identificou-se um quarto período. Inicialmente a fase apresentou um decréscimo na produção de monumentos na segunda década, e observou-se a inversão e o acréscimo da produtividade na sequência. O intervalo especificado ficou marcado pela ditadura militar e pela supressão das liberdades pessoais, políticas e de expressão, que se iniciou em 1964 e se estendeu por toda a década de 1970. Nesse período foram produzidos seis monumentos, com temáticas predominantes de cunho político.

O quinto período iniciou-se em 1980 e se estendeu até 1999, caracterizando uma maior evolução de expansão na produção em todo o registro histórico. Essa fase agregou o fim do regime militar, o princípio da redemocratização do país, a promulgação da Constituição Federal e o princípio do deslocamento da temática ambiental e ecológica a uma posição de destaque nas discussões, marcado pela pluralização das abordagens temáticas nos monumentos.

O sexto, mais duradouro e último período foi caracterizado por uma tendência de declínio na produção de monumentos a partir dos anos 2000, estendendo-se até os dias atuais. Caracterizou-se pela sobreposição de monumentos com temáticas culturais, étnico-culturais e ambientais em lugar de monumentos de cunho político e militar.

Por fim, esta pesquisa pretendeu contribuir para o reconhecimento dos períodos, que, ao inter-relacionarem a distribuição territorial, os fatores de tempo, produção e temática dos monumentos, definem momentos históricos de surgimento desses bens culturais.

5 REFERÊNCIAS

- ARGUELHO, J. F. **Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande**. 3. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2022. 154 p.
- ARRUDA, A. M. V. **Parcelamento do Solo Urbano em Campo Grande**: visão crítica e roteiro legal. Campo Grande: Uniderp, 1997. v. 500. 69 p.
- ARRUDA, A. M. V. História e formação urbana do bairro Amambaí. **Ensaio e Ciência**: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde. v. 5, n. 3. p. 11-30, dez. 2001.
- ARRUDA, A. M. V. **Campo Grande**: arquitetura, urbanismo e memória. Campo Grande: Editora UFMS, 2006. 172 p.
- ARRUDA, A. M. V. **Raízes do Planejamento Urbano em Campo Grande e a Criação do Planurb**. Campo Grande: Edições do Autor, 2012. 120 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Art. 216. 1988. 498 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.
- CABRAL, P. E. Formação Étnica e Demográfica. *In*: MACIEL, Maria Engracia Tranchez (org.). **Campo grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. 420 p.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO. **Carta de Cracóvia**: Princípios para a Conservação e o Restauro do Patrimônio Construído. 2000. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- COSTA, C. Evolução Urbana. *In*: MACIEL, M. E. T. **Campo grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz, 1999.
- CUCINOTTA, D.; VANELLI, M. WHO Declares COVID-19 a Pandemic. **Acta Bio Medica Atenei Parmensis**, v. 91, n. 1, p. 157-160, 19 mar. 2020.
- DELVIZIO, V.; MATIAS, R. Dimensão Paisagística e Impacto Ambiental: Avenida Afonso Pena e Subsistema Cultural. *In*: SILVA, Douglas Alves da *et al.* (org.). **Patrimônio Cultural em Mato Grosso do Sul**. São João do Meriti: Desalinho, 2022. p. 303–321.
- DIORANDE. Diário Oficial de Campo Grande-MS. **Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018**. 3 abr. 2019. Disponível em: https://srcg.com.br/public/leis/lei_complementar_do_plano_diretor_de_campo_grande.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.
- FERREIRA, Livia. Assassinato de Ary Coelho: o mistério nunca desvendado. **Correio do Estado**, Campo Grande. 25 ago. 2008. p. 22.
- ICOMOS. Canada French-Speaking Committee. **Charter for the preservation of Quebec's Heritage (Deschambault Declaration)**. 1982. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/support-us/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/192-the-deschambault-charter>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. (orgs.). **Guia básico de educação patrimonial**. 4. ed. 2009. 68 p.
- MACIEL, Maria Engracia Tranchez (org.). **Campo grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. 420 p.
- MATO GROSSO. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. **Lei Complementar n. 31** – de 11 de outubro de 1977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- NORA, Pierre. **Lieux de Mémoire**. Gallimard, 2009. 1664 p.

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **A Rua e a Cidade**: Campo Grande e a 14 de Julho. 1. ed. Campo Grande , MS: UFMS, 2005. 211 p. ISBN 85-7613-064-5.

PLANURB. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**: Mato Grosso do Sul. 29. ed. Campo Grande: Planurb, 2022. 566 p. Disponível em: <https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/76/2022/03/perfil2022-prefcg-1661868320.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VAN LONKHUIJZEN, Dirceu Maurício. Restauração e sua importância na preservação e conhecimento do patrimônio arqueológico. SILVA, Douglas Alves da et al (org.). **Patrimônio Cultural em Mato Grosso do Sul**. São João do Meriti: Desalinho, 2022. p. 487-504.